



CENÁRIO PARA O PRÓXIMO SÉCULO

Ricardo Prochet *

RESUMO:

Este artigo trata de uma descrição da situação do mundo atual e as conseqüências que as projeções de sua continuidade trarão ao Brasil no próximo século nos campos político, social, militar, econômico e de Ciência e Tecnologia. A proposta não espera ser uma decisão sobre o que gostaríamos de encontrar no futuro, mas uma análise profunda da situação atual e qual projeção podemos encontrar, considerando as possíveis seqüências de evolução que podem ser detectadas.

PALAVRAS-CHAVE: Política Mundial; Socialismo; Capitalismo; Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Indígena Brasileiro; Comércio Exterior no Próximo Século; Amazônia; Projeto Sivam; Turismo.

ABSTRACT:

The purpose of this paper is to assess the world's current situation and understand what the consequences for Brazil are, as those conditions endure and evolve during the next century, within the framework of political, social, military, economical, scientific and technology fields.

KEY-WORDS: World Politics; Socialism; Capitalism; Scientific and Technological Development; the Amazon; Brazilian Indians; Foreign Trade; Sivam Project; Tourism.

O público com ingressos à mão está preenchendo os poucos lugares ainda disponíveis. A orquestra emite os primeiros acordes provenientes da afinação de seus instrumentos diante de uma platéia completamente extasiada com o show prestes a iniciar. A esperada peça "o próximo século" será encenada em breves instantes. Um silêncio vazio toma conta dos telespectadores, fazendo com que alguns sintam-se à beira do "bug do milênio" tão preconizado pelos profetas do apocalipse tanto nacionais quanto estrangeiros.

* Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas.
Pós-Graduado em Controladoria, Administração e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas.
Consultor e Conselheiro de empresas.
Docente do Departamento de Administração do Centro de Estudos Superiores de Londrina.

A cortina começa lentamente seu processo de abertura e qual cenário nos espera atrás da mesma? Qual cenário em nível mundial, nacional e mesmo local? Muito bem, a proposta deste artigo não espera ser uma decisão sobre o que gostaríamos de encontrar nesse palco, mas uma análise profunda da situação atual e qual projeção podemos encontrar, considerando as possíveis seqüências de evolução que podem ser detectadas.

Em nível mundial, consideraremos como áreas de interesse para análise a Comunidade Européia com ênfase na Alemanha, Leste Europeu, a Rússia, os Estados Unidos, a Ásia, destacando a China e o Japão, Oriente Médio, a África e finalmente a América do Sul, especialmente o Brasil e a Amazônia.

Começemos nossa análise por áreas estratégicas que exigem atenção profunda no sentido de que suas situações tanto geográficas quanto políticas, quando em mutação, provocam distúrbios que se fazem sentir por todas as partes do mundo, e destas regiões tomamos como vertentes da atual conjuntura mundial os seguintes fatos:

I - O esgotamento do modelo soviético e conseqüentemente da guerra fria, com as transformações decorrentes do Leste Europeu e desdobramentos econômicos e políticos, psicossociais e militares em todo o planeta; com uma ascensão político-militar acentuada do poderio e influência norte-americanos.

II - A consolidação, simultaneamente, de uma multipolaridade econômica e científico-tecnológica concentrada em blocos regionais de nações, que têm no seu bojo o destaque natural de países líderes, caracterizando-se assim um Bloco Europeu onde se destaca a Alemanha; um Bloco Asiático com predominância do Japão e um Bloco Norte-Americano capitaneado pelos EUA; iniciando-se, timidamente, o Mercosul com destaque do Brasil. A característica de maior importância de cada um dos três primeiros blocos é a capacidade científico-tecnológica de que dispõem.

III - A emergência de um novo multilateralismo que toma por bandeiras temas como:

- O meio ambiente
- Os direitos humanos
- A contenção do uso de drogas
- O controle de armas, especialmente nucleares.

Cada uma das situações acima expostas tem gerado desdobramentos e conseqüências importantes para o Brasil.

O esgotamento do modelo soviético possibilitou uma nova situação denominada "pax americana" cuja vigência, visto o quadro atual, será duradoura, dado que os principais países dos demais blocos, respectivamente a Alemanha e o Japão, são países militarmente contidos por regulamentos impostos pelos aliados ao término da Segunda Grande Guerra Mundial; e a Rússia, nação líder na antiga União Soviética encontra-se em transformações e reorganizações que perdurarão por pelo menos duas décadas do próximo século. Período em que terá de contar com o apoio ocidental para estabilizar sua situação interna que tende a desagregação.



As dificuldades criadas pela reunificação alemã são de tal ordem que a economia do país estará abalada por pelo menos mais cinco anos; aqui guardada a comparação com o resto do bloco econômico, causando transtornos, inclusive à consolidação da nova moeda européia.

O processo de aproximação entre as duas Alemanhas iniciou-se ao final da década de 60, estimulado pelo chanceler ocidental Willy Brandt, do Partido Social-Democrata. Em 1973, a República Democrática Alemã e a República Federativa Alemã entraram na Organização das Nações Unidas (ONU) e se reconheceram mutuamente no ano seguinte. Na Alemanha Ocidental, os democrata-cristãos voltam ao poder em 1982 com a eleição de Helmut Kohl, que substituiu o social-democrata Helmut Schmidt.

O dirigente alemão-oriental Erich Honecker, no poder desde 1971, resistiu à onda de liberalização no bloco comunista deflagrada em 1985 pelo dirigente soviético Mikhail Gorbatchov.

Em 1989, milhares de alemães-orientais passam para a Alemanha Ocidental por intermédio da Hungria e da Áustria. Em outubro do mesmo ano, manifestações pró-democracia em Leipzig levam o Partido Comunista alemão-oriental a substituir o linha-dura Honecker por Egon Krenz.

A queda do Muro de Berlim abriu o processo de reunificação marcando as primeiras eleições livres da RDA. Em 1990, a Aliança pela Alemanha, favorável à unificação, vence as eleições; Lothar de Mazière é nomeado o primeiro-ministro da Alemanha Oriental.

Impulsionada por Kohl, realizou-se a unificação monetária e a política em outubro de 1990. O Exército alemão-oriental foi extinto e o Parlamento unificado ratificou o tratado da União. Kohl tornou-se então o chanceler da Alemanha unificada.

A Alemanha está pagando um preço alto pela unificação. A desmontagem do parque industrial da parte oriental provocou um desemprego maciço, que repercutiu em todo o país. As altas taxas de juros fixadas pelo Bundesbank (Banco Central) provocaram recessão. Num clima social tenso, os imigrantes sofreram atentados de grupos neonazistas. Em 1993, o Parlamento restringiu o direito de asilo político. As garantias sociais, que eram o orgulho da DGB - mais forte central sindical da Europa, foram revisadas em nome da melhoria da competitividade da indústria alemã no cenário mundial. As dificuldades da Alemanha repercutiram nos adiamentos sucessivos de medidas de maior homogeneização econômica entre os membros da União Européia (UE), como é o caso da moeda única.

A economia alemã cresceu 1,9% em 1995 contra uma projeção de 2,9% e o nível de desemprego chegou a 10,8% em janeiro de 1996. O déficit também ficou acima do esperado: 3,6% do Produto Nacional Bruto, dificultando atingir a meta de índice inferior a 3% do PNB até 1997 - a pré-condição para os países da União Européia entrarem no terceiro estágio preparatório para a adoção da moeda única. Diante desse quadro, o governo de Helmut Kohl aprova, em abril de 1996, um programa de austeridade, incluindo incentivos a microempresas e cortes na previdência social. Entre outras medidas, estão o aumento da idade para aposentadoria das mulheres (de 60 para 63 anos) e a redução de salário nas licenças por motivos de saúde. A manifestação de



protesto dos sindicatos, uma das maiores da Alemanha pós-guerra, leva cerca de 350 mil pessoas para as ruas de Bonn.

A Ásia, em especial o Japão, no último ano teve sua economia duramente abalada. Não obstante seu sempre forte desempenho na área tecnológica, o mesmo não possui condições políticas e geográficas mínimas para ser considerado um dia como Nação Líder do mundo. Os efeitos de sua reorganização levarão igualmente alguns anos para serem sentidos, pois seu povo teme as consequências nefastas do consumo, que na verdade seria a mola mestra responsável pelo reencontro com o sucesso atingido no pós- guerra.

O Japão é formado por quatro grandes ilhas montanhosas e mais de 3 mil pequenas ilhas. Sua localização, no extremo leste da Ásia, tornou-o conhecido como "terra do sol nascente". O país situa-se em uma zona de freqüentes furacões e é exposto a terremotos e vulcões, por estar localizado nos limites da placa tectônica euro-asiática.

Em 1993, os escândalos de corrupção provocaram cisões no partido dominante, o PLD. Em julho, dois grupos dissidentes do PLD, em aliança inédita com os socialistas do Partido Social-Democrata, o Komeito (Partido do Governo Limpo) e mais três partidos menores, conseguem formar um novo governo, que enfrenta o agravamento do litígio comercial com os EUA, o aumento do desemprego e a resistência da Federação Russa às pressões japonesas pela devolução das ilhas Kurilas. A fragilidade da coalizão leva ao colapso do governo. Em junho de 1994, o Japão tem seu primeiro chefe de governo socialista, Tomiichi Murayama, cujo partido forma um novo governo, aliando-se ao PLD.

Em janeiro de 1996, o PLD voltou ao poder, com a inesperada renúncia de Murayama. O novo primeiro-ministro, Ryutaro Hashimoto, governa com a mesma coalizão de seu antecessor (PLD, socialistas e o Novo Partido Sakigake). Entre os objetivos do governo estão uma cadeira permanente para o Japão no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e a luta pela liberalização do sistema financeiro do país, visando a desencorajar a corrupção e o acúmulo de dívidas podres, que abalavam a economia japonesa.

Em fevereiro de 1996, o Daiwa Bank aceitou pagar multa de US\$ 340 milhões por operações irregulares nos EUA durante onze anos, cobrindo prejuízos de US\$ 1,1 bilhão provocados por um de seus corretores. No mesmo mês, o governo anuncia que usará dinheiro do contribuinte para cobrir US\$ 6,8 bilhões de prejuízos de instituições de crédito imobiliário cujos empréstimos tinham sido artificialmente inflados durante a década de 80. O plano leva a oposição a bloquear, durante três semanas de março, a votação do orçamento do ano fiscal de 1996. Em junho, um novo escândalo financeiro: o grupo Sumitomo anuncia a perda de US\$ 2,6 bilhões por conta de operações irregulares de seu principal corretor no mercado mundial de cobre, durante dez anos.

As novas eleições parlamentares não resolveram o problema da instabilidade política. O PLD aumenta o número de cadeiras na Assembléia de 211 para 239 (são 500 no total), mas seus parceiros de coalizão perdem representação e desistem de participar do gabinete. Em novembro, o PLD volta a formar o gabinete sozinho. Em 1996, Hashimoto anunciou seu plano "Big Bang", que promete uma revolução no sistema financeiro japonês, tornando-o tão desregulamentado quanto os mercados europeus e norte-americanos até o ano 2001.



Não obstante as dificuldades, o Japão procura estender sua zona de influência, o que parece levá-lo a um realinhamento político internacional, onde a China terá um papel de destaque tendo em vista a complementaridade de suas economias. A disparidade ideológica entre esses dois países e até mesmo antagonismos gerados por guerras de séculos atrás cederão lugar a interesses econômicos mútuos.

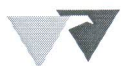
Os interesses nipônicos estenderão seus braços e segurarão a Austrália, país que apesar das vocações marítimas como o continente asiático, tem suas linhas de comércio contidas pela influência inglesa. Essa vocação comercial aliada ao desenvolvimento do espírito nacionalista que anda percorrendo o mundo contemporâneo atingirá também as demais colônias britânicas existentes pelo mundo.

A economia do Japão certamente voltará a crescer em função do desbalanceamento científico-tecnológico existente a seu favor, porém, as limitações constitucionais vigentes continuarão a impedir a formação de uma força militar estratégica que garanta sua expansão e interesses ultramar. Existem atualmente em ação grupos políticos que tentam superar os traumas deixados pelos bombardeios de Hiroshima e Nagasaki, visando à reforma constitucional, porém, ainda longe o dia em que esses grupos lograrão pleno sucesso de seus intentos.

Com essa situação mundial, os Estados Unidos a cada dia consolidam sua posição de "líder do mundo", com uma situação de expansão de comércio perfeitamente delineada. Sua capacidade militar respalda quaisquer decisões que desejem impor ao restante do mundo.

Eleito em 1992, o democrata Bill Clinton põe fim a 12 anos de domínio republicano na Casa Branca. O novo governo obtém êxito na aprovação do Nafta (o acordo de livre-comércio com o Canadá e o México) e na conclusão da Rodada Uruguai do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), fortalecendo as exportações norte-americanas. Embora patrocinando o acordo de paz entre Israel e OLP, em setembro de 1993, a política externa de Clinton sofre desgaste com o fracasso da missão humanitária na Somália, em 1993 e 1994. Internamente, o escândalo Whitewater - transações imobiliárias irregulares envolvendo o presidente, quando era governador do Arkansas, e sua esposa Hillary - provoca uma série de demissões de altos funcionários do governo em 1994. O Partido Democrata é derrotado nas eleições de novembro de 1994 para a Câmara dos Deputados e Senado e, pela primeira vez em 40 anos, os republicanos ganham o controle das duas casas do Congresso, obtendo ainda a maioria dos governos estaduais.

Os republicanos, apesar da vitória eleitoral de 1994, não conseguem implantar seu prometido "Contrato para a América" - um conjunto de medidas para reduzir programas sociais, cortar impostos e equilibrar o orçamento até o ano 2002. Em meados de 1996, ano em que concorreu à reeleição, Clinton estava fortalecido por melhores índices econômicos: a inflação anual era de 3%, a menor em quatro décadas, e a taxa de desemprego nos EUA havia caído para 5,1% da população ativa, nível só alcançado uma única vez desde 1980. Ao final do ano fiscal, o presidente anunciou o menor déficit federal em 15 anos, US\$ 107 bilhões (o saldo negativo das contas do governo era de US\$ 290 bilhões em 1992, quando Clinton fora eleito).



Às vésperas da convenção que o indicaria candidato à reeleição, em agosto de 1996, o presidente assinou uma lei sobre o seguro-saúde - que impôs mais restrições ao recebimento de pensões, particularmente para os imigrantes - adotando parte de uma proposta de reforma previdenciária elaborada pelo Partido Republicano. Clinton também eleva o salário mínimo, de US\$ 4,25 a hora para US\$ 4,75 e, a partir de setembro de 1997, para US\$ 5,15. Outra medida de impacto é a assinatura de uma lei, em 23 de agosto, que reconhece a nicotina como uma droga que vicia, restringe a propaganda e dificulta a venda de cigarros para adolescentes.

As últimas eleições americanas registraram a maior taxa de abstenção desde 1924: 51% dos 180 milhões de eleitores não votaram. Bill Clinton é reeleito com 49% dos votos dos norte americanos que foram às urnas, tornando-se o primeiro presidente democrata, desde Franklin Roosevelt, a ganhar um segundo mandato. No Congresso, os Republicanos conseguem manter a maioria nas duas casas - no Senado e na Câmara.

Os Estados Unidos são a maior potência econômica e militar do planeta. Seu PIB corresponde a mais de um quarto da produção econômica mundial. O imenso território é banhado pelos oceanos Atlântico e Pacífico. Seus recursos naturais e sua diversidade de paisagens atraíram milhões de imigrantes nos séculos XIX e XX. Os EUA ocupam posição central no comércio e no sistema financeiro internacionais, mas enfrentam sérios desequilíbrios sociais internos. O inglês firmou-se como a principal língua internacional e o "modo de vida norte-americano" exerce influência global através do cinema, música e TV.

As transformações de ordem política por que passam os países do leste Europeu, inclusive com reflexos militares em alguns deles, exigirão enormes somas de capital para sua reconstrução, trazendo reflexos sobre o custo do dinheiro. Ao mundo interessa uma Europa estabilizada, gerando interferência pacífica e financeira das demais nações ricas na reconstrução ou manutenção da integridade desses lugares, atuando como um verdadeiro "lobby" pela paz.

A Comunidade Européia tende a crescer e a solidificar-se pois o forte esquema já montado em relação à moeda única convida até as nações tradicionalmente neutras a associarem-se a esse interesse comum.

O Bloco econômico formado pela maioria dos países da Europa e que atualmente representa a segunda maior associação econômica internacional, depois da Apec, substituiu a Comunidade Econômica Européia (CEE), criada em 1957, e tem origem no Tratado de Maastricht (1991), com o objetivo de acelerar o processo de integração econômica e monetária e estabelecer políticas comuns aos países associados.

A União Européia (UE) entrou em vigor em 8 de novembro de 1992, tendo como países fundadores os 12 signatários de Maastricht: Alemanha, França, Reino Unido, Irlanda, Holanda (Países Baixos), Bélgica, Dinamarca, Itália, Espanha, Portugal, Luxemburgo e Grécia. Em 1995, Áustria, Finlândia e Suécia aderem ao bloco.

Em 15 de dezembro de 1995, assinaram um tratado com o Mercado Comum do Sul (Mercosul), que prevê a criação de uma área de livre-comércio entre os dois blocos até 2005. Juntos, esses blocos têm quase 400 milhões de habitantes e a soma de seus Produtos Internos Brutos (PIB) atinge quase US\$ 10 bilhões, conforme a tabela abaixo:



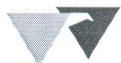
PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS

Bloco	Integrantes	Área Total (Km ²)	PIB Total (milhões)	População (milhões)	Ano de criação
ASEAN	7 países	3.427.577	541.075	749,00	1967
APEC	17 países	43.237.609	14.119.450	2.217,00	1989
CARICOM	12 países	271.840	16.135	5,82	1973
MERCOSUL	4 países	11.910.462	859.874	207,70	1991
NAFTA	3 países	20.881.660	7.568.082	391,10	1988
PACTO ANDINO	5 países	4.721.155	197.662	101,50	1969
U. E.	15 países	2.964.972	7.324.381	372,40	1957
SADC	11 países	6.924.349	145.950	137,20	1979
CEI	12 países	22.163.900	550.9989	285,00	1991

O Tratado de Maastricht foi assinado em dezembro de 1991, em Maastricht (Holanda), e previa um mercado interno único e um sistema financeiro e bancário comum com moeda própria - o Euro -, que entrou em circulação no corrente ano. Também ficou garantida a cidadania única aos habitantes dos países do bloco. O acordo lança ainda as bases de uma política externa e de defesa européias. A União da Europa Ocidental (UEO) será o braço armado da UE e agirá em sintonia com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), aliança militar ocidental liderada pelos EUA. Na questão social, ficam definidos quatro direitos básicos: livre circulação, assistência previdenciária, igualdade entre homens e mulheres e melhores condições de trabalho. Além disso, serão unificadas as leis trabalhistas, criminais, de imigração e as políticas externas dos países membros.

A instituição da UE ampliou as funções do Parlamento Europeu, sediado em Luxemburgo e criado em 1951 para intermediar as relações entre a extinta CEE e os Parlamentos de outros países. Ele é consultado sobre todas as decisões a serem tomadas pela UE, avalia as propostas de leis a serem adotadas e fiscaliza a execução orçamentária da organização.

No Oriente Médio, as recentes guerras fracionaram o Movimento Árabe, porém, sem afetar de forma negativa a identidade religiosa do Islã. Essas mesmas guerras possibilitaram o envio de um maior contingente militar dos Estados Unidos para a região, facilitando a rapidez intervencionista desse verdadeiro "xerife mundial". A necessidade de reconstrução gerada por esses antagonismos poderá vir a ser benéfica ao Brasil, pois já estávamos participando tradicionalmente dos esforços de engenharia daquela região, mais especificamente do Iraque, onde nosso trabalho na construção civil era suficientemente presente para manter verdadeiras cidades de brasileiros em meio ao deserto da região.



Grande parte do território do Iraque fica no vale dos rios Tigre e Eufrates. Chamada no passado Mesopotâmia, a região foi berço de algumas das mais importantes civilizações da Antiguidade. O solo é fértil, mas o clima árido dificulta a agricultura. A base da economia atual é a produção de petróleo e gás natural. O país ressentiu-se de um período de mais de 20 anos de conflitos, iniciado com a Guerra Irã-Iraque (1980-1988). A situação tem piorado após a derrota na Guerra do Golfo (1990/91), quando o Iraque passou a ser submetido a um bloqueio comercial decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que tem estrangulado sua economia.

Sob o governo ditatorial de Saddam Hussein desde 1979, o país enfrenta a reivindicação de autonomia dos Curdos, 20% da população iraquiana, concentrados no norte. Vivem sob tensão com os países fronteiriços e com problemas entre as facções políticas que apoiam o regime.

A venda de armamento brasileiro àquelas nações foi duramente afetada, contribuindo para essa situação nossa dificuldade de entrega, além da impossibilidade de atender ao desejo de fornecimento de tanques e aviões simultaneamente, como desejavam os compradores. Essa perda de mercado trouxe reflexos indesejáveis a nossa indústria bélica, causando, inclusive, a falência de algumas empresas ligadas ao setor, aí incluídas as controladas pelo próprio governo. O Brasil manteve-se neutro até o momento em relação a essas desavenças e deverá continuar adotando essa postura uma vez que a Argentina encaminhou duas fragatas à Guerra do Golfo e jamais obteve compensação significativa por parte dos aliados envolvidos nos confrontos.

Na África existe muita coisa acontecendo, embora certas ações passem despercebidas, ocultadas pela espessa camada de fumaça provocada pelas sucessivas guerras civis e pela extrema pobreza com que aquele povo convive, sob olhar estarecido do restante do mundo. O Cone Sul africano, não obstante os seculares antagonismos, já estabeleceu um razoável mercado comum, que estará pronto a funcionar, nos moldes dos demais blocos, tão logo a paz seja um dia restabelecida.

A África do Sul é um dos países mais desenvolvidos do continente africano. A maior parte de seu território, no extremo sul da África, fica num planalto. Rico em recursos minerais, o país tem fábricas e agropecuária. O regime de segregação racial (apartheid), iniciado em 1948, durou quase meio século, e deixou uma pesada herança. Os negros vivem em grande pobreza e o desemprego entre eles aumenta. A mortalidade infantil entre a população negra, maioria absoluta no país, é uma das maiores do mundo (200 crianças entre mil nascidas). A criminalidade também, com 40 mil assassinatos de negros por ano. A eleição de Nelson Mandela para a presidência, ainda num regime de transição, rompeu o isolamento internacional do país, e a economia cresceu 34% em 1994, com claros sinais de que continuará a crescer também no próximo século.

O fim do "apartheid" recoloca a África do Sul numa situação de pleno comércio com o restante do mundo e consolida a posição já descrita em relação aos sentimentos nacionalistas das colônias Britânicas, que aos poucos se desligam dos grilhões dos colonizadores e iniciam seu pleno vôo num mundo globalizado.

Os dividendos políticos, com reflexos na ONU e portanto nas decisões de seu plenário, demonstram ser um momento de vital importância para nossa diplomacia naquela região.



A Nigéria, país extremamente rico em petróleo é simpático ao nosso, e sua posição geográfica nos permite uma maior aproximação comercial. Ali, sim, há forte clima para participação no processo desenvolvimentista, através de venda de serviços e até mesmo mercadorias nacionais.

Situada na costa oeste da África, a Nigéria é o país mais populoso do continente, com 111,7 milhões de habitantes. A bacia do Rio Níger abrange todo o país, fertilizando a terra e fixando ao campo mais da metade de seus habitantes. As etnias hausa, iorubá e ibo representam 65% da população; os 35% restantes são divididos em 245 grupos étnicos. Há rivalidade entre o sul, sob influência cristã e dominado pela etnia iorubá, e o norte, muçulmano e com maioria étnica haussá. Quarto maior produtor da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), o país também tem estanho, carvão e minério de ferro, além de grandes depósitos de gás. O petróleo responde por 90% das exportações. Em 1995, o regime militar do país, que reprime duramente a oposição, sofreu severas críticas internacionais.

Quanto à América do Sul, em especial o cone sul, o Brasil encontra-se em destaque por sua posição geográfica com uma costa de cerca de 8.500 quilômetros, que permite a partida e chegada de mercadorias através do Oceano Atlântico, não obstante os custos portuários, que ainda encontram-se em níveis internacionalmente não aceitos. O sucesso do Mercosul e a perfeita integração do país depende do total equacionamento da questão, com banimento de certas práticas seculares que encarecem a passagem de qualquer mercadoria pelos nossos portos. Criado o Mercosul, o próximo passo é integrá-lo e fortalecê-lo a qualquer custo.

Ainda no cone sul, o Brasil e a Argentina conseguiram superar antigos antagonismos territoriais e caminham para uma integração econômica e comercial, apesar da falta de favorecimentos da conjuntura mundial ora em mutação. O Brasil e Argentina estão desenvolvendo projetos comuns na área nuclear e aeronáutica, destacadamente. Os grandes problemas a serem superados estão nas transferências de tecnologia, que nunca são de última geração e nem sempre acontecem. O setor científico-tecnológico deve sofrer pesados investimentos para ser atualizado, ou corre-se o risco de perder-se o "trem da história", desenvolvendo-se produtos tecnologicamente sucateados em relação ao restante do planeta.

Na Amazônia legal, as constantes notícias de desmatamentos indiscriminados, intencionalmente deturpadas pelos interesses em suas incontáveis riquezas minerais fortalece uma corrente mundial em relação aos três mil yanomames e que exigirá uma acirrada luta diplomática no sentido de se evitar um congelamento da exploração da fortuna lá existente, que poderia inclusive elevar nosso país à invejável condição de nação rica e próspera.

Para fiscalizar a floresta está sendo implantado o projeto Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). O Sistema é constituído por uma rede integrada de telecomunicações que recebem imagens através de satélites, visa a controlar o tráfego aéreo e atividades ilícitas, mapear as bacias hidrográficas e jazidas de minério e contribuir para a proteção ambiental da floresta.



O maior perigo para a região consiste na possibilidade de uma invasão dos nove milhões de hectares demarcados como reserva indígena, pois a mesma encontra-se tanto em território brasileiro quanto venezuelano, e este país é limítrofe a uma conhecida base norte americana, que garantiria militarmente o reconhecimento de uma pseudo Nação Yamomame pela ONU.

Houve redução progressiva e acentuada da expectativa de vida dos indígenas nos últimos 3 anos, de 48,2 anos em 1993, para 45,4 anos em 1994 e apenas 42,6 anos até outubro de 1995, perfazendo uma redução de 11,6% em 3 anos. Esta redução foi mais acentuada na Amazônia Ocidental (17,6%).

Os povos indígenas brasileiros que vivem menos são os do Vale do Javari (24,5 anos), Yanomami (34,1 anos), Tikuna (34,5 anos), Guajajara (35,0 anos), Macuxi (36,0 anos) e Kaiowa (38,2 anos), e os que vivem mais os Kaingang (56,9 anos), Baré (56,4 anos) e Pankararu (53,4 anos).

A Razão e Curva de Mortalidade proporcional e a Expectativa de Vida mostraram-se os indicadores de saúde mais fidedignos com os dados disponíveis e poderosos instrumentos para quantificar o nível de saúde dos povos indígenas. Estes indicadores mostraram níveis baixíssimos de saúde pública, principalmente, entre os povos indígenas da Amazônia e de Mato Grosso do Sul. Fica, então, a indagação de quão boa tem sido a interferência do homem civilizado em relação a essas comunidades indígenas. Ou será que realmente existem outros interesses nas demarcações que fogem a nossa compreensão e onde se fazem necessárias fortes investigações ?

A ocupação humana das Américas ocorreu há mais de 10 mil anos e vários milhões de indígenas habitavam a área que, hoje, corresponde ao território brasileiro, quando os portugueses aqui chegaram. O quadro demográfico e de epidemias do período que antecedeu a chegada dos europeus é pouco conhecido, mas sabe-se, através de estudos parasitológicos, que os povos indígenas brasileiros apresentavam um bom desenvolvimento físico e eram raros os problemas de carências. Eram freqüentes as lesões traumáticas, as anomalias congênitas, a anemia e as parasitoses intestinais. As doenças tropicais eram poucos representativas. A sífilis só ocorria entre as populações andinas. A Doença de Chagas sequer era conhecida e a tuberculose era rara e incidia apenas na extramazônia.

Retornando ao problema da reserva Yanomame, toda vez que se pronuncia o nome de um desses índios, ou pelo menos um som que se acredita ser o nome dele, na mesma hora ele e os demais começarão a rir de você. Na realidade, esse primitivo povo jamais revela diretamente o seu nome. Os índios não falam o seu nome diante de estranhos, porque isso abre suas defesas e dá acesso à sua alma. Por aí pode-se deduzir não a cultura como muitos pregam, mas a total falta de civilidade e de conhecimento mínimo de qualquer processo de socialização. É bom que se entenda que a tônica desse artigo não é de se posicionar contra ou a favor da demarcação de território de preservação indígena, porém, de informar corretamente o leitor, despertando-lhe a necessidade de ponderar a respeito dos fatos que nos cercam sobre o assunto.



Estima-se que, em 1500, existiam de 1 milhão a 3 milhões de indígenas no Brasil. Em cinco séculos, a população indígena reduziu-se a 270 mil indivíduos. No início da colonização, eles foram escravizados. O aprisionamento foi proibido em 1595, mas a escravização, a aculturação e o extermínio deliberado continuam, e resultam no desaparecimento de várias etnias.

A primeira vez que foi feita alusão ao direito dos índios à posse da terra e ao respeito a seus costumes foi em 1910, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), pelo marechal Cândido Rondon. Em 1967 o SPI é substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Na década de 70 surgem Organizações Não-Governamentais (ONGs) que defendem os direitos indígenas.

Há 270 mil índios vivendo em aldeias, o que representa 0,02% da população brasileira. São encontrados em quase todo o país, mas a concentração maior é nas regiões Norte e Centro-Oeste. A FUNAI registra a existência de 206 povos indígenas, alguns com apenas uma dúzia de indivíduos. Somente dez povos têm mais de 5 mil pessoas. As 547 áreas indígenas cobrem 94.091.318 ha, ou 11% do país. Há indícios da existência de 54 grupos de índios isolados, ainda não contatados pelo branco.

Os grupos indígenas do Brasil têm costumes, crenças religiosas e organização social diferentes, mas algumas características são comuns à maioria dos grupos. Adotam o regime de subsistência baseado na exploração dos recursos naturais e consideram que a harmonia do Universo depende da troca equilibrada entre homens, seres da natureza e seres sobrenaturais, o que explica a preocupação em não alterar o ambiente. Não há noção de propriedade privada da terra, mas sim de roça privada: quem cultiva a terra é o dono da produção. O mais comum é o aldeamento pequeno, compreendendo de 30 a 100 pessoas.

Ao Brasil interessa particularmente a utilização do Atlântico Sul, via natural de passagem dos navios que transportam seus produtos de exportação e importação, principalmente o petróleo, cuja interrupção de fornecimento causaria um colapso econômico no país. Há ainda a região pesqueira que se estende pela área da plataforma uruguaia e que tem sido vigorosamente defendida por aquela nação, inclusive com recurso da força em certas ocasiões. Nações longínquas como o Japão têm enviado suas frotas pesqueiras para aquela região, rica em pescados de grande valor, o que compensa os elevados custos do transporte e permite a recuperação de suas próprias zonas pesqueiras com a exaustão de outras que não lhes pertencem.

A América do Sul, como um todo, observou há anos o projeto "Iniciativa para as Américas", programa norte-americano que visava a integrar todo o continente em um grande mercado, mas que tinha recursos iniciais muito abaixo do que seria o mínimo capaz de gerar esperanças de um real desenvolvimento de novas expectativas econômicas. Os norte-americanos demonstraram claramente que sua prioridade maior é a integração com o Canadá e o México, sem prejuízo dos seus estreitos vínculos com a Comunidade Européia e com o mercado Asiático.

Em entrevista ao Jornal Financial Times, o ex-presidente Fernando Collor de Mello declarou em novembro de 1990, "Consideramos muito interessante a chamada "Iniciativa para as Américas", proposta pelo Presidente Bush, porque aborda questões como essas que enumerei: a questão da dívida, a questão do comércio e a questão dos



investimentos. [...] Fica faltando, na iniciativa Bush, apenas um desses pontos que elegemos como prioritários, que é o acesso a novas tecnologias".

No mês seguinte, durante um jantar oferecido ao Presidente Norte Americano no Itamaraty, o Presidente do Brasil declarou, com muita propriedade: "A democracia, como indica a própria história dos Estados Unidos, só pode ser construída onde houver igualdade de oportunidades. Se queremos transformar o mundo numa grande democracia, temos que buscar oportunidades equilibradas para todos os povos".

Com as mudanças estratégicas internacionais, a América Latina voltava a ser uma região atrativa do ponto de vista dos Estados Unidos, na esperança de tornar-se competitivo no mercado mundial, diante da Europa e da Ásia.

Inicialmente com a "nova ordem" do Presidente Bush, tivemos a Iniciativa para as Américas (e não "das" Américas), com seu receituário de ajustes, desregulamentação, etc., na tentativa de ampliar o comércio entre as Américas e aumentar os investimentos americanos na região. Bush perdeu as eleições e a Iniciativa para as Américas morreu.

A par dessa teoricamente louvável iniciativa, verificamos que, apesar da defesa do Neoliberalismo, os EUA vêm mantendo, assim como os países da Comunidade Européia, um sistema claro de protecionismo, por meio de injeção direta de recursos, bem como, pela criação de restrições não-tarifárias.

Uma das inovações do modelo neoliberalista em relação ao liberalismo é a intervenção indireta do Estado na economia, não para asfixiá-la, mas para garantir a sua sobrevivência, já que não confiam na autodisciplina espontânea do sistema. Os neoliberais acreditam que o controle de preços é a peça-chave da economia de um país. A função do Estado é manter o equilíbrio dos preços por intermédio da estabilização financeira e monetária, obtidas basicamente com políticas anti-inflacionárias e cambiais.

Para os neoliberais, o Estado não deve desempenhar funções assistencialistas, o que resultaria numa sociedade completamente administrada e, portanto, anti-liberal. É a afirmação da sociedade civil que deve buscar novas formas de resolver seus problemas. Ao Estado cabe apenas a tarefa de garantir a lei comum bem como a função de equilibrar e incentivar as iniciativas da sociedade civil.

A análise até aqui apresentada já nos permite traçar algumas projeções sobre o novo século que se descortina, sendo a primeira delas que, em termos militares e, principalmente por sua temida capacidade nuclear, conhecida ou não, os Estados Unidos continuarão a liderar o mundo civilizado.

Em outro bloco, a Comunidade Européia, ampliada, acabará contando com o apoio de toda a Europa, aí incluído o Leste Europeu, bem como alguns países membros da extinta União Soviética, em busca de financiamentos necessários à promoção de seu desenvolvimento, passado o período de convulsões internas. O início dessa aproximação e tentativa de reorganizar os países da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URRS) acontece através da CEI - Comunidade dos Estados Independentes.

A Comunidade dos Estados Independentes nasceu do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em dezembro de 1991, com o objetivo de manter a associação entre as ex-repúblicas e integrá-las à nova ordem mundial. Sediada em



Minsk, em Belarus, a CEI organiza-se em uma confederação de Estados, com vínculos entre si, mas que preserva a soberania de cada uma das nações. Não possui governo central, mas Conselhos de Chefes de Estado, que se reúnem duas vezes ao ano, e de Governo, que se encontram de três em três meses.

No ato de criação a comunidade prevê a centralização das Forças Armadas e uma moeda comum: o rublo. Na prática, contudo, as repúblicas não têm conseguido a unidade. Rússia e Belarus saíram à frente e assinaram um acordo em 1996, estabelecendo a formação de uma moeda única para 1997, além de uma política externa e de defesa em comum. Tensões separatistas são constantes em grande parte das repúblicas da CEI e há disputas pelo controle do poderoso arsenal nuclear da ex-URSS.

Na Ásia, a liderança nipônica atingirá seu grau máximo, alcançando sua influência a China, que já tem incorporado Hong-Kong, os NIC's, a Tailândia, a Malásia a Indonésia e grande parte da Oceania, sendo fator decisivo na reconstrução da Economia Japonesa.

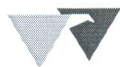
No Oriente Médio, estarão abertas portas de oportunidades de vendas de serviços por parte de empresas brasileiras, tão logo as barreiras intervencionistas criadas pelos Estados Unidos após a guerra entre o Iraque e o Kuwait sejam definitivamente extintas.

Ainda para o Brasil, nos próximos anos, com o fortalecimento de sua economia, e conseqüente ampliação de sua atuação no Cenário Político Internacional, o País passará a ocupar mais posições no escalões intermediários e de direção de Organismos Internacionais, postos estes anteriormente deixados para outros países com prejuízo aos interesses brasileiros. Tal posicionamento fortalecerá o desenvolvimento dos projetos brasileiros apresentados aos organismos econômicos e as negociações em curso nos organismos políticos e culturais, com reflexos positivos acentuados, de caráter positivo, para os interesses nacionais.

Os parlamentos, instituições centrais dos sistemas democráticos, estão diretamente concernidos na implementação do processo de integração econômica que, a longo prazo e de diversos modos, conduzirá à modificação do contexto regional e hemisférico, e terá múltiplas conseqüências em nível social e econômico. Essa perspectiva convida parlamentares pertencentes a diferentes universos econômicos, políticos e culturais a desenvolverem em suas relações mútuas e colaborar para garantir repercussões positivas a todos os povos que eles têm o privilégio de representar.

Em suma, os participantes da Conferência Parlamentar das Américas poderão ampliar e aprofundar as discussões sobre a integração econômica e identificar melhor as principais implicações de tal processo, conscientes de que o progresso social, a segurança e a melhoria das condições de vida do maior número de pessoas são os objetivos primordiais das políticas públicas e dos acordos internacionais, incluindo os acordos comerciais.

Na área econômica, a tendência será de continuado crescimento das trocas, com reflexos nas estruturas industrial, comercial, agrícola, de transportes, financeira e securitária, de serviços, destacando-se aí o turismo, com benefícios internos vistos o crescimento do número de empregos.



No campo social, uma nova imagem do Brasil tende a se firmar no exterior, uma vez superados os óbices econômicos, conforme acima citados, facilitando sobremaneira o fluxo de turistas ao nosso país e colocando-nos em destaque nessa atividade considerando o volume de nossas belezas naturais.

As melhoras no campo social produzirão um continuado acesso da população à cultura e ao saber, que também serão mercados de destaque, com acentuada necessidade de participação das Universidades que, com forte controle governamental, terão de adaptar-se e modernizar-se para atender à forte demanda, inclusive de países próximos.

As Universidades serão definidas como um instrumento de desenvolvimento individual e coletivo, como uma ferramenta de acesso ao saber, ou como um meio de partilhar valores coletivos ou conhecer as forças sociais e políticas que atuam em nossas sociedades, "a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais de paz, liberdade e justiça social".

Na era da sociedade do saber, a educação inscreve-se como o catalisador do progresso e da mudança, já que os recursos mais importantes residem no conhecimento, na capacidade de adaptação e no acesso à informação. Em suma, a educação constitui a via imprescindível para toda sociedade que aspira ao progresso social e econômico.

Durante esses últimos anos, o acesso à educação nas Américas aumentou em todos os níveis, mas a continuação desse crescimento e, acima de tudo, a melhoria da qualidade da educação e da formação, principalmente nos sistemas de educação pública, continuam sendo uma problemática política, econômica e social primordial.

A conjuntura que será criada pela agenda econômica do próximo século abrirá novas perspectivas de parcerias em matéria de educação e formação. Apesar do projeto de integração do MERCOSUL ser antes de mais nada de natureza econômica, ele deveria ser acompanhado de um compromisso referente aos aspectos educativos, tanto em nível regional como internacional. Um compromisso dessa natureza criará a oportunidade de construir sociedades mais solidárias, dar um novo dinamismo às democracias e favorecer o desenvolvimento de novas colaborações.

O desenvolvimento social brasileiro pode ser definido como uma melhoria das condições de vida através de um crescimento econômico durável e uma distribuição equitativa das riquezas. Entretanto, em várias partes no mundo, observa-se o enriquecimento de alguns e o empobrecimento de outros. As Américas não escapam dessa disparidade entre ricos e pobres, o que limita tanto o funcionamento das instituições democráticas, como o progresso social.

As repercussões do processo de integração dependem dos esforços realizados a favor do desenvolvimento humano, particularmente junto aos grupos sociais marginalizados. Eis a razão pela qual o debate público sobre a integração econômica também deve tratar da elaboração de medidas de erradicação da pobreza e de luta contra a exclusão social. Trata-se de um dos alicerces para um desenvolvimento social durável e um crescimento econômico equitativo.

Outro mercado que estará em franco desenvolvimento será o de telecomunicações que trará a nossa região, em particular, fortes investimentos, considerando sua posição geográfica em relação ao MERCOSUL.



A tecnologia de comunicação, agregada à abertura dos mercados, permite ultrapassar as fronteiras como nunca até então. Os indivíduos são expostos a um fluxo inédito e em constante crescimento de informações, influências e valores. Para alguns, essa intensificação das comunicações consente uma extraordinária liberdade de escolha aos cidadãos e oferece a possibilidade de promover a diversidade cultural. Para outros a eliminação das medidas de proteção econômica, assim como a tendência à concentração dos meios de comunicação, ameaçam homogeneizar os conteúdos e, com o passar do tempo, impor normas.

Esse é o cenário que esperamos estar o público (mundo) observando tão logo se abram as cortinas, sobre o qual atuará a sociedade brasileira, cada qual cumprindo rigorosamente as marcações de seu papel e, finalmente, com uma afinada orquestra (parlamentares), regida por um presidente que reuna sólidos conhecimentos da música, aqui representada pelo desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALVO, Alberto. **Dez anos de luta pela América Latina**. Publicação da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- BILL, Gates. **A Estrada do Futuro**. 1995.
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Brasil em Números**, vol. 2, 1993 e vol. 3, 1994.
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Brazil in Figures**, vol. 1, 1992.
- LACERDA, Celso Juarez. **Ciência e Tecnologia: Um Desafio Permanente**.
- Escola Superior de Guerra, **Manual Básico de Planejamento Estratégico**.
- BURNS, T.R. & UEBERHORST, R. **Creative Democracy: Systematic Conflict Resolution and Policymaking in a World of High Science and Technology**. New York.
- EHRlich, P.R. & EHRlich, A.H. **La Explosión Demográfica**. Barcelona: Salvat Editora.